



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

PROFESSORES PARADOS Sem desconto se a greve terminar

"Governador Raimundo Colombo promete pagar salário integral se magistério encerrar paralisação, que chega hoje ao 30º dia".

(DC, Geral, p. 36)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 16/6/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 16/6/11
Assunto: Professores parados – Sem desconto se a greve terminar		Página: 36

PROFESSORES PARADOS Sem desconto se a greve terminar

Governador Raimundo Colombo promete pagar salário integral se magistério encerrar paralisação, que chega hoje ao 30º dia

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O governador Raimundo Colombo prometeu, ontem, não descontar os dias parados dos professores em greve, desde que eles voltem às aulas até esta sexta-feira. Por isso, a folha, que deveria ser rodada hoje, será gerada amanhã.

Ontem, o governo entregou um documento ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) comunicando as medidas que serão tomadas. A posição será analisada em assembleias regionais, adiadas para hoje, em todo o Estado.

Essa é a última tentativa do governo para pôr fim à paralisação, que completa hoje 30 dias. Caso os professores aceitem, as faltas só serão descontadas se não houver a reposição das aulas. A decisão foi tomada depois de um encontro na Assembleia Legislativa entre representantes do Sinte, o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, o líder do governo, Elizeu Mattos, e deputados da oposição. Na reunião, o desconto das faltas deste ano foi bastante criticado pela categoria.

– Nunca vi tantos avanços numa negociação. Há um limite. Nós estamos tentando ajudar, mas se não houver acordo, roda a folha com desconto – ressaltou Mattos, que mediou o encontro entre Sinte e governo.

O texto com a mudança será enviado à Assembleia na próxima semana, na forma de projeto de lei complementar. Será pedida urgência na votação, para que os novos salários sejam rodados em folha suplementar.

O governo voltou atrás da decisão tomada na terça-feira e comprometeu-se a rever o decreto que impedia

No documento entregue ontem, o governo mantém a decisão de alterar os salários dos docentes de acordo com a proposta apresentada em 6 de junho. Nela, o menor salário-base fica sendo o piso nacional do magistério, R\$ 1.187, e os valores da regência de classe – uma gratificação sobre o salário – são reduzidos.

a progressão funcional em caso de falta injustificada, e a encaminhar um projeto de lei para abonar as faltas da greve de 2008.

A coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, disse que a decisão de encerrar a greve precisa sair de uma assembleia estadual e adiantou que seria muito difícil marcar uma até amanhã, por causa do deslocamento dos educadores.

Dia marcado por protestos no interior

No interior, o dia foi marcado por manifestações. Em Criciúma, os docentes encontraram-se na Escola Sebastião Toledo dos Santos, o Colegião. Depois, fizeram um ato em frente à Gerência Regional de Educação (Gerrei), onde exibiram folhas de pagamento como forma de protesto. Em Joinville, cem professores protestaram na praça da Bandeira. E marcaram para hoje uma assembleia regional para votar a proposta do governo.

julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 16/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Joinville no palco

Fim de semana e início da próxima movimentados na indústria de Santa Catarina. Começa hoje e prossegue amanhã, na sede da Fiesc, o Encontro Catarinense de Indústria, este ano marcado por múltiplos eventos políticos, homenagens e novos projetos. Em destaque nas próximas atividades, a indústria, sua associação e os empresários de Joinville. Nesta sexta-feira, a centenária Associação Empresarial de Joinville vai receber a Medalha do Mérito Industrial. Além de promover o desenvolvimento do parque industrial catarinense, envolveu-se em históricas campanhas comunitárias, como a duplicação do trecho Norte da BR-101, a instalação da Universidade Federal na região, a melhoria dos serviços públicos e o aprimoramento da representação política, com a inédita campanha "Vote certo, vote por Joinville". Seu presidente atual, Carlos Rodolfo Schneider, é um dos líderes nacionais do movimento Brasil Eficiente, que pretende melhorar a gestão dos recursos públicos no país.

O empresário Albano Schmidt, presidente da Termotécnica de Joinville, também será um dos contemplados com a Medalha do Mérito Industrial, juntamente com Nivaldo Pinheiro, Walgenor Teixeira, Walter Mueller e Adolfo Fey, este o escolhido do ano para a Ordem do Mérito Industrial da Confederação Nacional da Indústria. Albano Schmidt mantém a tradição do pai, o saudoso Dieter Schmidt, da histórica Fundação Tupy, industrial inovador, humano e competente, que faleceu de forma trágica, em desastre aéreo, quando transferia sua experiência ao governo como secretário da Indústria e Comércio na gestão Konder Reis.

A programação comemorativa da indústria começa hoje com palestra do jornalista Merval Pereira, da CBN e da Rede Globo, que falará sobre as incertezas do cenário político brasileiro. Merval acaba de ser eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

A POSSE

Amanhã será eleita a nova diretoria da Fiesc. Concorre chapa única presidida pelo empresário Gláuco José Corte, atual vice-presidente e uma liderança que se projetou pelo conhecimento sobre a realidade do parque industrial catarinense, avaliações mensais sobre o desempenho da economia estadual e nacional, seu estilo diplomático nas relações sociais e, sobretudo, seu exemplo de profissional e cidadão. Duas publicações serão lançadas durante estes eventos. Uma, o *Sistema Fiesc – Um Olhar para o Futuro Catarinense*, e outra, o *Código de Conduta*, fruto do Pacto Empresarial em programa comum com a Controladoria Geral da União, destinado a ser parâmetro para as organizações do Estado.

Joinville continuará em destaque na segunda-feira, 20, quando ocorrerá a posse do empresário Udo Döhler na presidência da Associação Empresarial de Joinville. A presença do vice-presidente Michel Temer, do presidente nacional do PMDB, Valdir Raupp, e de todas as lideranças do partido em SC tende a transformar a cerimônia na plataforma de lançamento de Udo Döhler como candidato à prefeitura de Joinville no próximo ano. O presidente estadual do PMDB, Eduardo Moreira, está empolgado com a nova opção para as eleições municipais de 2012. Teve acesso às primeiras prévias sobre os candidatos e constatou que o nome do industrial já consta entre os preferenciais. Eduardo Moreira identifica no perfil do empresário uma alternativa para a situação dramática vivida pela população de Joinville, com pesado desgaste da administração petista de Carlito Merers, agravado, nas últimas semanas, pela greve dos servidores públicos municipais.

◆ Governador Raimundo Colombo transferiu a rodagem da folha salarial para esperar decisão das assembleias dos professores. Também não haverá corte nos salários. Cedeu aos apelos parlamentares para buscar o fim da greve.





CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 16/06/11
Assunto: Pressa em votar o aumento		Página: 10

Pressa em votar o aumento

Magistério. Aprovação do projeto está condicionado ao fim da greve dos professores

FLORIANÓPOLIS — Depende do fim da greve dos professores a votação na Assembleia Legislativa de um Projeto de Lei Complementar incluindo a última proposta do governo. O projeto, que deve ser encaminhado à Assembleia ainda esta semana, visa substituir a Medida Provisória 188, que fixou o quadro de vencimentos do magistério com o salário-base de R\$ 1.187,00.

O Sinte reconhece avanços, mas não dá sinais que vá encerrar a greve sem ter outras reivindicações atendidas. Na noite de ontem houve nova reunião no gabinete do líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB). Esteve presente o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, que foi taxativo na mensagem dirigida ao comando de greve: “Não é abertura de novas negociações. É a continuidade do diálogo que propomos”. Depois da reunião, o deputado Elizeu Mattos passou horas ao telefone com o governador Raimundo Colombo.

O governo tem pressa em votar a proposta que apresentou aos professores. “Se tivermos um acordo nada nos impede de votar em um ou dois dias”, ressaltou Mattos. A nova proposta, que altera a primeira tabela projeta um aumento de R\$ 22 milhões mês na folha de pagamento da Educação.

Governo segura folha até amanhã

Apesar do otimismo nos meios governistas, os professores reconhecem avanços, mas querem a revisão da tabela. O comando de greve dedicou a tarde de ontem para extensas reuniões. Primeiramente entre eles e depois com o líder do governo. Segundo um diretor do Sinte, o impasse está na questão financeira.

Se os professores voltarem ao trabalho, a folha de pagamento roda sem o desconto das faltas, acreditando na reposição das aulas. A informação é do líder do governo deputado Elizeu Mattos (PMDB), que ontem à noite teve nova reunião com o comando de greve. “Tudo o que foi pedido está no papel. Não dá mais para esperar porque pode atrasar toda a folha do funcionalismo”, sentenciou o deputado.

O líder do governo lamentou, porém, a intransigência dos grevistas. “Sinceramente, não sei onde eles querem chegar”. O deputado ligou na noite de ontem para o governador Raimundo Colombo que prometeu segurar a folha até amanhã. “Este é o dia D. Mais não dá para esperar porque pode atrasar a folha do funcionalismo”.

Elizeu Mattos confirmou que a MP que fixou o quadro de vencimentos do magistério baseado no piso nacional da categoria será substituído por um PLC (Projeto de Lei Complementar) incluindo novas propostas.

Expectativa. O comando de greve dos professores quer uma nova audiência com o governador, mas pelo clima manifestado, não existe indicativo que a greve termine nesta semana



PROPOSTA
Os principais pontos

- 1 Alteração da tabela salarial da carreira de magistério com incorporação do prêmio educar/jubilar e assiduidade. Redução do pagamento das horas excedentes em 50% e absorção de parte da regência de classe de 40% para 25% e de 25% para 17% mantendo as gratificações em 15%.
- 2 Remessa de projeto de lei a Assembleia para revisão das faltas da greve de 2008 e das paralisações posteriores a 2007.
- 3 Revisão do decreto 3.593/2010, que trata da progressão funcional.
- 4 Realizar reajuste do valor do piso nacional do magistério de acordo com o que prevê lei 11.738/2008.
- 5 Realizar o reajuste do piso nacional do magistério de acordo com a lei 11.738/2008.
- 6 Formação de grupo de trabalho para no prazo de 120 dias para estudar a recomposição da tabela de carreira do magistério a partir de janeiro de 2012.
- 7 Iniciar a recomposição da regência de classe a partir de janeiro de 2012.
- 8 Realizar, no âmbito do grupo de trabalho a revisão de Lei 456/2009.
- 9 Realizar no âmbito do trabalho estudos para verificar formas de aumento do valor do vale alimentação.
- 10 Realização de concurso de ingresso para a carreira do magistério em 12 meses.

Colombo reitera piso nacional

Em nova rodada de conversas sobre o pagamento do piso salarial dos professores, o governador Raimundo Colombo interou os secretários regionais das negociações com o Sinte e reafirmou que a última proposta do governo do Estado apresentada à categoria cumpre a lei. Colombo explicou que o governo aumentou em R\$ 8 milhões/mês a folha de pagamento dos professores, mas que o Sinte continua com a proposta inviável ao limite financeiro do Estado. “O Sinte mantém a proposta que aumenta nossas despesas em R\$ 108 milhões por mês, o que é impossível. Estamos abertos ao diálogo, mas também temos o nosso limite financeiro”, explica o governador.

Aos secretários, Colombo reafirmou o cumprimento da lei do piso salarial, que está fixado em R\$ 1.187. Além de pagar o piso, o governo decidiu incorporar os prêmios Educar, Jubilar e de assiduidade, sendo que o menor valor pago aos professores será de R\$ 1.483,00, mais vantagens adicionais, como o triênio. O projeto tem o impacto de R\$ 22 milhões/mês na folha salarial do Estado. “Esse é o nosso valor máximo e não temos mais de onde tirar dinheiro”. De acordo com o governo, a proposta que será encaminhada à Assembleia contempla 100% dos professores, com ganhos de 7% a 44%.

A proposta também contempla a formação de um grupo de trabalho entre o Sinte e o governo para reordenar a carreira dos professores. É pedido um prazo de 180 dias para a realização de estudos da tabela salarial.



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 16/6/11
Assunto: Aulas - Governo determina volta		Página: online

AULAS

Governo determina volta

FLORIANÓPOLIS - O governador Raimundo Colombo comprometeu-se ontem em não descontar os dias parados dos professores que aderiram à greve, desde que eles voltem às aulas até amanhã. Por isso, a folha, que deveria ser rodada hoje, será gerada amanhã. Ontem, o governo entregou um documento ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) comunicando as medidas que serão tomadas. A posição será analisada em assembleias regionais, adiadas para hoje.

Essa é a última tentativa do governo para pôr fim à paralisação, que completa hoje 30 dias. Caso os professores aceitem, as faltas só serão descontadas se não houver a reposição das aulas. A decisão foi tomada depois de um encontro na Assembleia Legislativa (Alesc) entre representantes do Sinte, o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, o líder de governo Elizeu Mattos, além de deputados da oposição. Na reunião, o desconto das faltas foi bastante criticado pela categoria.

No documento entregue aos professores, o governo mantém a decisão de terça-feira, que altera os salários dos docentes de acordo com a proposta apresentada dia 6. Nela, o menor salário-base fica sendo o piso nacional do magistério, R\$ 1.187, e os valores da regência de classe – uma gratificação sobre o salário – são reduzidos. O texto será encaminhado à Alesc, na próxima semana, na forma de projeto de lei complementar. Será pedida urgência na votação para que os novos salários sejam rodados em uma folha suplementar.

OUTRAS GREVES

Balneário Camboriú

- Os 120 profissionais do Hospital Santa Inês que estavam em greve desde segunda-feira retomaram ontem as atividades depois do acordo feito com a diretoria. A classe reivindicava aumento salarial de 40% sobre os R\$ 660 mensais. A direção do hospital ofereceu aumento de 10%, mais vale-alimentação de R\$ 150 aos funcionários

Florianópolis

- O governo do Estado aprovou a incorporação do abono de 16,76% aos servidores da Saúde e conseguiu conter a paralisação, prevista para hoje. Os trabalhadores, porém, mantêm estado de greve até que sejam analisadas outras questões. O abono é referente a perdas salariais de 1º de abril de 2006 até 31 de maio de 2009, e será pago a partir de julho



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

Joinville

- Professores do Estado marcaram para hoje à tarde assembleia regional para votar a última proposta do governador. Depois, seguem em passeata até a Câmara onde vão tentar pressionar os vereadores a ajudar pelas reivindicações. Segundo a coordenadora regional do Sinte, Clarice Erhardt, cerca de 50% dos professores da região estão em greve



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 16/06/11
Assunto: Sem desconto no pagamento		Página: 14

Sem desconto no pagamento

Governo propõe pagar os dias parados se greve acabar até sexta

O governador Raimundo Colombo comprometeu-se, ontem, em não descontar os dias parados dos professores que aderiram à greve, desde que eles voltem às aulas até sexta-feira. Por isso, a folha, que deveria ser rodada hoje, será gerada amanhã. Ontem, o governo entregou um documento ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) comunicando a medida. A decisão será analisada em assembleias regionais, que devem ocorrer hoje.

Essa seria a última tentativa do governo para pôr fim à paralisação, que completa hoje 30 dias. Se os professores aceitarem a proposta, as faltas só serão descontadas se não houver a reposição das aulas. A decisão foi tomada depois de um encontro na Assembleia Legislativa entre representantes do Sinte, o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, o líder de governo Elizeu Mattos, além de deputados da oposição. Na reunião, o desconto das faltas foi bastante criticado pela categoria: "Nunca vi tantos avanços numa negociação. Há um limite. Nós estamos tentando ajudar, mas se não houver acordo, roda a folha com desconto", ressaltou

Mattos, que fez a mediação do novo encontro.

No documento entregue ontem, o governo mantém a decisão de terça-feira, que altera os salários dos educadores de acordo com a proposta apresentada em 6 de junho. Nela, o menor salário-base fica sendo o piso nacional do magistério, R\$ 1.187, e os valores da regência de classe – uma gratificação sobre o salário – são reduzidos. O texto com a mudança será encaminhado à Assembleia, na próxima semana, na forma de projeto de lei complementar. Será pedida urgência na votação, para que os novos salários sejam rodados em uma folha suplementar.

Ainda na proposta de ontem, o governo voltou atrás da decisão tomada na terça-feira e comprometeu-se a rever o decreto que impedia a progressão funcional em caso de falta injustificada, e a encaminhar um projeto de lei à Assembleia para abonar as faltas da greve de 2008.

Categoria faz manifestação em Joinville

Em Joinville, cerca de cem professores do Estado estiveram na praça da Bandeira ontem à tarde para uma manifestação. E marcaram para hoje à tarde uma assembleia regional, na sede do Sinsej, para votar a última proposta do governador.

Depois, seguem em passeata até a Câmara de Vereadores, onde participam da sessão e vão tentar pressionar os vereadores a ajudar na luta pelas reivindicações. Segundo a coordenadora regional do Sinte, Clarice Erhardt, cerca de 50% dos professores da região estão em greve.

Em Jaraguá do Sul, os professores fizeram um protesto em frente à Secretaria de Desenvolvimento Regional. Durante a manifestação a diretoria regional do Sinte teve uma reunião com a nova gerente de Educação, Lorita Zanotti Karsten.

Conforme a regional do Sinte, cerca de 500 professores aderiram à paralisação em 32 escolas no Vale do Itapocu. A SDR discorda e diz que são 353 profissionais.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 16/06/11
Assunto: Haddad: PNE não pode ser 'carta de intenções'		Página: Online

Haddad: PNE não pode ser 'carta de intenções'

O Plano Nacional de Educação (PNE), que traça metas para serem cumpridas na área até 2020, não pode ser uma "carta de intenções", disse na tarde de hoje o ministro da Educação, Fernando Haddad. Após adiar por três vezes sua presença, Haddad enfim participa de audiência pública da comissão especial criada na Câmara para discutir o PNE.

"É importante que o plano não seja uma carta de intenções, não podemos repetir esse erro. Temos de ter clareza de que cada meta deste plano será observada pela sociedade ao longo da década e, portanto, temos de honrar a palavra empenhada à sociedade", disse Haddad, diante de um plenário lotado. "(O PNE) Não é só um desejo, é uma vontade combinada com determinações bastante efetivas", completou.

O plano estabelece 10 diretrizes e 20 metas para os próximos dez anos. Prevê valorização do magistério público da educação básica, duplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, destinação dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a área de ensino e ampliação do investimento público em educação até atingir 7% do Produto Interno Bruto do País (PIB). Até agora, o projeto de lei recebeu cerca de 3 mil emendas. Quando aprovado, seguirá para o Senado.

Na Câmara, deputados integrantes da comissão avaliavam que o PNE ainda não havia entrado efetivamente na pauta do Palácio do Planalto, tramitando na Câmara sem o apoio explícito de Haddad e da presidente Dilma Rousseff. Apenas em maio o Ministério da Educação (MEC) encaminhou as notas técnicas que justificam as metas traçadas no plano, consideradas pouco ambiciosas por entidades.

Durante a audiência pública na Câmara, Haddad rebateu os comentários de que falta ousadia às metas do PNE. "É preferível superar a meta. Isso não significa dizer que estou propondo pouca ousadia, mas a ousadia tem de ser proporcional ao esforço que a sociedade se comprometerá a fazer". Entre os presentes no plenário da Câmara estavam integrantes de sindicatos da área de ensino e a professora Amanda Gurgel, que virou "hit" no YouTube após fazer um discurso contra o cenário educacional no Rio Grande do Norte.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 16/06/2011
Assunto: 'É evidente que está faltando dinheiro para a educação', diz ministro		Página: Online

'É evidente que está faltando dinheiro para a educação', diz ministro

Fernando Haddad participa de audiência pública na Câmara dos Deputados. Comissão especial discute o Plano Nacional de Educação.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou na tarde desta quarta-feira (15) que está faltando recursos para a educação brasileira. Haddad participou de uma audiência pública na Câmara dos Deputados na comissão especial que analisa o Projeto de Lei 8035/10. O projeto cria o Plano Nacional de Educação, e prevê 20 metas a serem cumpridas pelo governo na área de educação no próximo decênio.

“Se dizia muito que o problema da educação não era recurso. Se não está faltando dinheiro para a educação é de se acreditar que eles [professores] estão todos muito bem remunerados. Tomamos o salário dos profissionais de nível superior que não atuam no magistério. Em 2009 o salário médio do magistério público era de 60% das outras profissões. É evidente que está faltando dinheiro para a educação, e uma variável que é chave para a sociedade é a remuneração. Colocamos uma meta, que é a meta 17, que equipara a remuneração de docentes ao de não docentes”, afirmou o ministro.

O ministro da Educação ainda afirmou que o valor proposto de investimentos em educação, de 7% do orçamento, tem uma lógica. Mesmo assim, ele afirmou que defende, pessoalmente, que os recursos fossem maiores. “Perguntar para um ministro da educação se ele é a favor de 7% ou 10% é covardia. É evidente que ele é a favor de mais. Mas os 7% têm uma lógica. Estamos falando de R\$ 80 bilhões de reais ao ano, adicionais. Estamos falando de um orçamento que na nossa contabilidade suporta o que está no plano. E que foi uma proposta da presidente eleita. Essa pergunta [de aumento do índice] não tem de ser feita para mim.”

Haddad prosseguiu: “Descontada a inflação, o orçamento do MEC dobrou. Não há uma conta de chegada, foi 1% em cinco anos, 2% em 10. Os candidatos foram perguntados sobre isso em debates nacionais, com a presença de milhões de brasileiros. Eu gostaria de ser o ministro dos 10%, mas dos meus 4 para cima já conseguimos fazer muitas coisas neste país. Uma infinidade de ações foram possíveis com 1% do PIB, que são R\$ 40 milhões. Então não foi um número chutado, foi um número discutido em campanha”.

Segundo Haddad, o projeto de lei que foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso no final do ano passado está aberto para modificações.

“A nossa abertura para o aperfeiçoamento do texto é total. É importante que o plano não seja uma carta de intenções. Não podemos repetir este erro. Temos de ter clareza que cada ponto deste plano vai ser respeitado pela sociedade. Temos de chegar a 2020 honrando este compromisso. Não é só um desejo, uma



vontade, é uma vontade combinada com determinações efetivas, com o que a sociedade. Esta é a razão pela qual dividimos o plano em metas e estratégias”, disse o ministro.

Menos metas

O ministro ainda afirmou que o plano apresentado pelo Executivo trabalha com um número reduzido de metas, a fim de facilitar o desenvolvimento dele nas escolas públicas. As metas de qualidade, segundo o ministro, estão entre as mais difíceis de serem mensuráveis. “A questão dos valores, por exemplo, são tão mais difíceis de mensurar, se uma escola está transmitindo valores para os seus alunos. Então, temos de colocar na ordem do dia a questão da qualidade”.

Na audiência que teve a presença de dezenas de professores, Haddad reforçou que é preciso ter apoio da sociedade para que o plano consiga ser efetivado no prazo que o governo se propõe. “A ousadia tem de ser proporcional ao esforço que a sociedade se dispõe a fazer. Se essas metas forem cumpridas o Brasil já será um país com alto desempenho educacional. Se formos para além delas, que este desafio seja abraçado por cada um dos brasileiros para que ela seja hábil. Os recursos têm de ser suficientes para o plano, mas não é só uma questão matemática, temos de ter a compreensão do que cada um dos entes federados tem de fazer”

Ao final da audiência pública, que durou quase quatro horas, o ministro da Educação reforçou que o governo está disposto a discutir com o Congresso o Plano Nacional de Educação. “Nós fizemos constar na Constituição que tem de constar uma meta de financiamento. O Congresso Nacional que dá a palavra final. A presidente Dilma se comprometeu na campanha com 7% do PIB, que era o percentual que foi vetado pelo governo passado. Agora é fazer contas, verificar se as metas vão ser modificadas para mais, provavelmente algumas serão, e ver qual o impacto financeiro disso para efeito de financiamento público. Estamos à disposição para discutir com o Congresso”.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 16/6/11
Assunto: Virada/Eo fundeb		Página: 12

Virada

Depois de circular, ontem, que o governo rodaria a folha dos professores em greve hoje, e que descontaria os dias parados, o governador Raimundo Colombo praticou um gesto para manter o diálogo. No início da noite, depois que o secretário adjunto Eduardo Deschamps (Educação) retornou de mais uma rodada com o Sinte na Assembleia, Colombo determinou que a Secretaria da Administração suspenda a confecção dos contracheques até amanhã.

Se os professores retornarem ao trabalho, não haverá descontos. Desconto só se, no futuro, não existir a reposição das aulas.

E o Fundeb

Consenso entre deputados: alguma alternativa terá que ser apresentada caso o Fundeb seja desconsiderado no cálculo da Receita Líquida Disponível do Estado pela Fazenda.

Afoitos por se posicionarem em relação à greve do magistério, esqueceram que a matemática garante ao Judiciário os valores para pagar, por exemplo, a folha dos servidores. Não há utilização dos recursos do fundo.



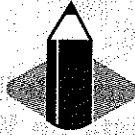
CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 16/6/11
Assunto: Greve/Literatura/Picuinhas		Página: 52

Greve

Na raiz de todos os males e dificuldades que estão sendo enfrentados pelo magistério catarinense está o governo ditatorial de Luiz Henrique da Silveira, que, em oito anos de mandato, só soube cultivar o próprio ego, com a criação de secretarias regionais, os maiores cabides de emprego já vistos neste Estado, e que até hoje não sabemos para que servem. Isso, é claro, além do misterioso desaparecimento de recursos do Fundeb, quem sabe para onde e para que ou quem. A Assembleia Legislativa deve saber, assim como o atual governador. Quando a educação se transformar em prioridade, outras vantagens serão decorrentes: melhoria na saúde, na segurança e na arrecadação do Estado.

Ademar Bodemüller
Por e-mail



Literatura

Está comprovado que a literatura é o principal alimento da cultura. Não existe nenhum tipo de cultura que não use a literatura para se desenvolver; está na música, em todas as artes, nas faculdades, é imprescindível. É exatamente este alimento que não tem nenhum apoio das autoridades, em nenhum caso. Agora, a Bienal do Livro de SC, em Lages, foi cancelada por falta de amparo da Secretaria de Cultura porque faltou verba. Vergonha catarinense. Senhor governador, desfaça 30 das secretarias regionais, que são cabides de emprego e escritórios eleitorais, montados pelo governo anterior para eleger-se, deixando somente seis em pontos estratégicos, e terá dinheiro para promover a cultura do nosso Estado.

Vicente Gabriele Pascuale
Florianópolis

Picuinhas

Enquanto alguns leitores desta coluna se preocupam em escrever sobre o ativista italiano Cesare Battisti, Palocci e outras picuinhas, os alunos da rede estadual de educação estão sem aula há um mês, porque os professores estão em greve por falta do cumprimento da lei salarial. Além disso, o Hospital Florianópolis e o Centro Integrado de Cultura (CIC) continuam desativados, colocando nossa saúde e cultura em segundo plano. Será que este pessoal está morando em outro Estado ou é pura omissão mesmo?

Edir V. R. Vidal
Florianópolis



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 16/6/11
Assunto: Os xarás/O troco		Página: 55

Os xarás

Parece que foi mais fácil ao xará do governador ter descoberto a América do que o Raimundo descobrir uma saída para achar o fim da greve dos professores. E mais: se a legalidade do movimento for submetida à apreciação do Judiciário, o Estado não vai se sair bem. Isso explica a falta de encaminhamento do assunto para ser resolvido pela Justiça.

O troco

Há poucos dias, Cacau noticiou, em primeira mão, a decisão do senador Paulo Bauer de se lançar logo candidato ao governo do Estado, aproveitando o que considera um começo de governo sem mão de ferro, frouxo, sem atitude, de Raimundo Colombo.

Ontem, ao ler nesta coluna a notícia do superfaturamento apurado pelo Tribunal de Contas de brinquedos pela Secretaria da Educação, Cacá Pavanello, da terra de Bauer, Jaraguá do Sul, e no gabinete de Raimundo, queria saber se Paulo Bauer for governador, vai governar com essas “mãos de ferro” com as quais comprou os brinquedos? Pois agora?

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 16/6/11
Assunto: Sisu – Inscrições seguem até domingo		Página: 39

SISU

Inscrições seguem até domingo

As inscrições para a edição do segundo semestre do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) vão até o próximo domingo (19) no site sisu.mec.gov.br. São 26.336 vagas em 19 universidades federais, 23 institutos federais e quatro universidades estaduais.

Podem se inscrever alunos que fizeram o Exame Nacional do Ensi-

no Médio (Enem) em 2010 e tiveram nota, mesmo que mínima, na redação. Criada pelo Ministério da Educação (MEC) no ano passado, a ferramenta unifica a oferta de vagas em instituições públicas de ensino superior. Na edição do início do ano, estudantes enfrentaram dificuldades para entrar no sistema.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 16/6/11
Assunto: UDESC Lista de aprovados sai na segunda-feira/ Vestibular 2012 UFSC divulga novas datas das provas		Página: 34

UDESC

Lista de aprovados sai na segunda-feira

A lista dos aprovados para a segunda fase do vestibular da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) será divulgada na próxima segunda-feira. Os nomes estarão disponíveis a partir das 16h no site do vestibular (www.vestibular.udesc.br) e no hall de entrada da reitoria, no Bairro Itacorubi, em Florianópolis. Os locais das provas da segunda fase serão divulgados no dia 27, também no site do vestibular. A segunda fase ocorre no dia 3 de julho, em duas etapas: das 9h às 12h30min e das 15h às 18h30min, com provas de redação e de conhecimentos específicos. A primeira fase do vestibular vocacionado de inverno da Udesc ocorreu no início do mês em oito cidades do Estado.

VESTIBULAR 2012

UFSC divulga novas datas das provas

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) divulgou, ontem, em boletim oficial, as novas datas de aplicação das provas do vestibular 2012. Os testes serão realizados nos dias 10, 11 e 12 de dezembro de 2011. Mais informações podem ser obtidas no site da universidade (www.ufsc.br) ou pelo telefone (48) 3721-9200.

Clipping

CNTE

Prova de mérito deixa de ser único critério para promoção de professor

› Data: 16/06/2011
› Veículo: O ESTADO DE S. PAULO - SP
› Editoria: VIDA
› Jornalista(s): Mariana Mandelli - O Estado de S.Paulo
› Assunto principal: OUTROS

Tamanho da fonte

Mariana Mandelli - O Estado de S.Paulo

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) enviou ontem à Assembleia Legislativa o projeto de lei complementar da proposta de política salarial para o magistério. A partir do ano que vem, todos os profissionais que atingirem a nota exigida pela Secretaria Estadual de Educação na prova de mérito serão promovidos. Além disso, a prova não será o único critério para evoluir na carreira - como foi determinado pelo governo anterior, de José Serra (PSDB).

A proposta, adiantada ontem pelo Estado, altera a principal medida na gestão educacional da administração anterior. Hoje, pela prova, apenas 20% dos docentes que atingem a nota estipulada conseguem o aumento por mérito. Professores e especialistas ouvidos pela reportagem consideram positivo o fim do limite de 20%, mas afirmam que os novos critérios, que servirão para compor o pacote de promoção e ainda estão em estudos, devem ser bem estruturados.

O Programa de Valorização pelo Mérito, do qual a prova faz parte, foi feito em 2009 e causou polêmica e conflito com os sindicatos, que o consideram excludente e pediam mais diálogo. Além de promover apenas 20% dos profissionais, o plano de carreira atual divide a remuneração dos educadores em cinco faixas - o professor avança à medida que passa na prova, com aumentos de 25% sobre o salário-base.

Com as mudanças, agora o professor vai evoluir em dois eixos, horizontal e vertical, ambos com oito níveis salariais (mais informações nesta página). No vertical, entram a prova e os demais critérios - a serem definidos -, que vão conceder acréscimos de 10,5% sobre o salário atual (e não o base). No horizontal, que leva em conta a progressão acadêmica (como cursos de pós-graduação), os aumentos serão de 5%. Assim, o salário do professor poderá aumentar em até 183%. Hoje, esse máximo é de 143%.

Com mais níveis, a ideia da pasta é incentivar o professor a estudar mais e progredir. Além disso, o docente vai poder participar da prova de mérito a cada três anos. "Hoje, ele só consegue realizar o exame de quatro em quatro", disse o secretário de Gestão Pública, Julio Semeghini.

Em maio, Alckmin anunciou o aumento escalonado, em quatro anos, de 42,25% para os docentes. Na prática, em 24 anos, um professor de educação básica II (de 5.^a a 8.^a série), com uma jornada de 40 horas semanais, vai atingir no ápice da carreira, com os novos critérios, um salário máximo de R\$ 6.704,07 - isso

se ele passar em todas as provas e atender às exigências que serão criadas. Mesmo assim, é maior que o do modelo atual, de R\$ 4.047,78.

As regras que vão garantir a evolução nos dois eixos serão definidas nos próximos meses com a criação de uma comissão paritária, com a participação dos sindicatos. No eixo horizontal, a ideia é dar destaque para a formação continuada. No vertical, além da prova, a pasta discute incluir critérios como o desempenho da turma, avaliações do docente em sala e análise que pais e professores fazem da escola.

"Todo processo de avaliação precisa ser aprimorado", diz a secretária de Educação da gestão Serra, Maria Helena Guimarães de Castro. "Daí a necessidade de incorporar outras dimensões além da prova." Ela não acredita que o atual governo esteja desmontando as políticas de Serra. "As questões centrais, como currículo e o Saesp (prova que avalia o desempenho dos alunos da rede), foram mantidas."

Em nota, a Apeoesp, sindicato dos professores, disse que "quem deve debater o plano de carreira do magistério são os docentes". "Não posso opinar sobre um projeto que não vi, mas esperava que o diálogo que estávamos estabelecendo prosperasse", afirma Maria Izabel Noronha, presidente da entidade.

Docentes se dividem sobre novas regras

Mariana Mandelli - O Estado de S.Paulo

Os possíveis critérios para promoção, além da prova de mérito, dividem a opinião dos docentes que fizeram a prova e ficaram fora dos 20%, mesmo atingindo a nota. "Acho justo a comunidade avaliar o desempenho", afirma a professora de artes e vice-diretora Dione Batista. Já o professor de português Carlos Alberto é contra as propostas em discussão. "São subjetivas. O professor não pode ser responsabilizado por coisas que ele não controla. Acho um absurdo ter de fazer prova para ser promovido."



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 16/6/11
Assunto: Ministro da Educação participa de audiência na Câmara		Página: online

Ministro da Educação participa de audiência na Câmara

O ministro da Educação, Fernando Haddad, indicou, durante audiência na Câmara dos Deputados, na quarta-feira (15), os cinco principais avanços do projeto de lei que estabelece o novo Plano Nacional de Educação (PNE), em relação aos anteriores. O primeiro, segundo ele, é o fato de o texto ser breve e ter apenas 20 metas.

A intenção, afirmou Haddad, é fazer com que haja uma incorporação das metas pela sociedade. “Quero que as pessoas memorizem os desafios educacionais que estão sendo postos para o país”, observou. O segundo avanço, segundo o ministro, é a especificação das estratégias necessárias para o cumprimento dos objetivos.

O terceiro avanço apontado na audiência é fruto da emenda constitucional 59, que estabeleceu critérios para impedir que os próximos presidentes diminuam os recursos destinados ao PNE. A Constituição foi modificada e hoje está expresso que os planos educacionais tragam em seu texto a especificação dos recursos orçamentários necessários para o seu cumprimento. “O Congresso Nacional tem que estabelecer meios para o cumprimento das metas”, esclareceu.

O quarto avanço do novo PNE se deu, segundo Haddad, no estabelecimento de metas de qualidade. Antes, os planos traziam apenas metas de quantidade. O quinto avanço, observou o ministro, diz respeito às metas diretamente relacionadas aos profissionais da educação.

“Comparamos a remuneração média de professores de nível superior que atuam nas escolas públicas com os salários de outros profissionais com o mesmo nível de escolaridade. Constatamos que, em 2009, os professores recebiam 60% do que os outros profissionais de nível superior recebiam”, revelou.

São quatro as metas do PNE que lidam com a valorização do professor. A meta 17 traz especificamente a necessidade de se equiparar a média salarial do magistério à de outras profissões com o mesmo nível de escolaridade. “O salário diz se a sociedade valoriza a carreira docente e a resposta hoje é não”, destacou.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 16/6/11
Assunto: Governo vai adquirir revistas pedagógicas para o professor		Página: online

Governo vai adquirir revistas pedagógicas para o professor

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vai adquirir revistas pedagógicas para auxiliar o trabalho do professor da rede pública e do gestor escolar. Destinadas a aprimorar o processo de ensino e apoiar a formação e atualização do corpo docente, da equipe pedagógica e dos diretores das unidades de ensino, as publicações serão enviadas às escolas públicas de educação básica ao longo dos próximos três anos, de acordo com sua periodicidade.

O edital do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE Periódicos) está disponível no sítio eletrônico do FNDE. Editores interessados podem pré-inscrever seus periódicos a partir desta quinta-feira (16), até 29 de junho. A entrega dos exemplares para avaliação será de 4 a 6 de julho. As revistas devem ter periodicidade mínima anual de quatro edições e máxima de 12. Cada edição deve apresentar entre 32 e 64 páginas completas de conteúdo editorial.

Segundo o diretor de ações educacionais do FNDE, Rafael Torino, Serão selecionadas revistas para três categorias distintas: educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental (até quatro periódicos); séries finais do ensino fundamental e ensino médio (até seis periódicos); e gestão escolar (até dois periódicos). Cada publicação pode concorrer em apenas uma das categorias. Escolas com maior número de alunos receberão mais exemplares de cada periódico.

Na última edição do PNBE Periódicos, para os anos letivos de 2010 e 2011, o FNDE comprou 11,5 milhões de revistas, beneficiando cerca de 143 mil escolas. Foram selecionados três periódicos para a categoria 1 (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental) e quatro para a categoria 2 (anos finais do fundamental e ensino médio).



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 16/6/11
Assunto: Concurso premia boas práticas de utilização e conservação		Página: online

Concurso premia boas práticas de utilização e conservação

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) lançou na quarta-feira (15), o concurso Ações Inovadoras no Livro Didático. A iniciativa visa a premiar e difundir boas práticas de escolas públicas e de secretarias estaduais e municipais de educação voltadas ao remanejamento, à conservação e à devolução dos livros didáticos distribuídos pelo governo federal.

Segundo a coordenadora geral dos programas do livro do FNDE, Sonia Schwartz, o concurso é uma forma de reconhecer a gestão educacional eficiente. “Ideias simples, criativas e aplicáveis à realidade local fazem toda a diferença no ambiente escolar”, afirma.

Premiação – Para incentivar gestores e professores no cuidado com o livro didático, a autarquia buscou uma premiação atrativa, que vai além de troféus e certificados para os primeiros colocados. As equipes vencedoras vão ganhar também os 361 livros do Programa Nacional Biblioteca da Escola e da Coleção Educadores, além de passagens e hospedagem para apresentar suas experiências no 13.º Encontro Técnico Nacional dos Programas do Livro. O evento ocorrerá em Curitiba, no Paraná, de 4 a 7 de outubro.

Inscrição – Os interessados em participar do concurso devem acessar o regulamento, a ficha de inscrição no [sítio](#) do FNDE. Depois de preenchê-los conforme orientações do regulamento, basta enviar os documentos por [e-mail](#) até 14 de agosto. O resultado sai em 14 de setembro.

Clipping

CNTE

Sete estados não têm instituições participando da nova edição do SiSU

✦ Data: 16/06/2011
✦ Veículo: G1
✦ Editoria:
✦ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Ao todo são oferecidas 26 mil vagas em 48 instituições de ensino superior.

Inscrições podem ser feitas até domingo.

Do G1, em São Paulo

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do segundo semestre foram abertas nesta quarta-feira (15) e vão até as 23h59 de domingo (19), segundo o Ministério da Educação. As inscrições ocorrerão exclusivamente pela internet. A nova edição do SiSU seleciona estudantes que fizeram o Enem 2010 para vagas em 48 instituições superiores de ensino em 20 estados. Sete unidades da federação não têm representantes nesta edição do sistema: Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia e Santa Catarina.

Portal disponibiliza informações sobre como se inscrever no SiSU (Foto: Reprodução) Portal disponibiliza informações sobre como se inscrever no SiSU

De acordo com o MEC, serão oferecidas 10.552 vagas em cursos noturnos, 9.324 em cursos em período integral, 3.526 são para cursos matutinos e 2.934 para cursos vespertinos.

Somente poderão se inscrever no processo seletivo do segundo SiSU de 2011 os candidatos que tenham participado da edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) referente ao ano de 2010 e que, cumulativamente, tenham obtido nota acima de zero na prova de redação.

O SiSU ficará disponível para inscrição dos candidatos das 6h às 23h59 de cada dia de inscrição (horário de Brasília). Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

O processo seletivo terá duas chamadas sucessivas. A primeira chamada será em 22 de junho e a segunda chamada sai em 2 de julho. De acordo com o texto, a matrícula dos selecionadas na primeira chamada ocorre em 27 e 28 de junho. A matrícula da segunda chamada será em 5 e 6 de julho.

Segundo o edital, as instituições de ensino superior poderão fazer o lançamento da ocupação das vagas no SiSU referentes à primeira chamada em 27, 28 e 29 de junho e referentes à segunda chamada em 5, 6 e 7 de julho.

Para participar da lista de espera, o candidato deverá manifestar seu interesse

por meio do SiSU entre os dias 2 e 7 de julho. O candidato somente poderá manifestar interesse na lista de espera para o curso correspondente à sua primeira opção de vaga. Não poderá participar da lista de espera o candidato que tenha sido selecionado para o curso correspondente à sua primeira opção de vaga em qualquer das chamadas do processo seletivo.

Segundo o edital, a lista de espera não observará as eventuais reservas de vagas e bônus atribuídos à nota do candidato no SiSU pelas instituições de ensino superior.

A lista de espera será usada prioritariamente pelas instituições de ensino superior participantes para preenchimento das vagas eventualmente não ocupadas nas duas chamadas do sistema.

Os procedimentos de chamada para preenchimento das vagas deverão estar definidos em edital próprio de cada instituição de ensino superior participante.

As instituições podem redefinir a lista de espera do sistema em decorrência da consideração dos critérios referentes às suas políticas de ações afirmativas originalmente adotadas em seu termo de participação. Nesse caso, a instituição deverá explicitar em edital próprio a forma de redefinição da lista.

As universidades podem convocar os candidatos da lista de espera para manifestação de interesse presencial, em número superior ao número de vagas disponíveis.

Clipping

CNTE

Haddad explica reserva de 7% do PIB para a educação (Deu no www.correiobraziliense.com.br)

- ✧ Data: 16/06/2011
- ✧ Veículo: CORREIO BRAZILIENSE - DF
- ✧ Editoria: BRASIL
- ✧ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Tamanho da fonte

O ministro da Educação, Fernando Haddad, participou ontem de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o projeto que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), que já teve 3 mil emendas apresentadas. A previsão de investir 7% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2020, conforme previsto pelo plano, tem, segundo ele, uma lógica. "Estamos falando de R\$ 80 bilhões ao ano, adicionais. (...) De um orçamento que na nossa contabilidade suporta o que está no plano", disse Haddad. Entidades ligadas à educação defendem a aplicação de 10% do PIB.

Clipping

CNTE

Universidade só melhora se país fortalecer ensino básico

✦ Data: 16/06/2011
✦ Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
✦ Editoria: EDUCAÇÃO
✦ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Conclusão unânime é dos participantes de debate na Comissão de Educação, que também reivindicaram a reserva de 10% dos recursos públicos para o setor

Ana Amélia (3ª à esq.) mediu o debate ontem na CE: cobrança de políticas públicas mais claras para a educação

Reunidos para discutir o futuro do ensino superior, os participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) concordaram em um ponto: para que o país tenha melhores faculdades e universidades, precisa fortalecer o ensino básico. Ao debater as metas do 2º Plano Nacional de Educação (PNE), atualmente em discussão na Câmara, eles defenderam ainda a ampliação dos investimentos gerais em educação no país, de 7% para 10% do produto interno bruto (PIB), até 2020.

- O grande gargalo do ensino superior está no ensino básico. Nós corremos o risco de sofrer um apagão de capital humano e precisamos estabelecer um projeto para o Brasil para os próximos 50 anos - afirmou o professor Isaac Roitman, membro da Academia Brasileira de Ciências, para quem o país precisa estabelecer políticas públicas para a educação desde a faixa de zero a três anos de idade.

Sugestões

O presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), Paulo Speller, apresentou três sugestões para o debate do PNE. A primeira é o investimento na qualidade da educação básica, para que se possa cumprir a meta número 12 do plano, segundo a qual a educação superior deveria alcançar 33% da população de 18 a 24 anos até o final da década. A segunda é a reivindicação de 10% do PIB para o setor. E a terceira, a transformação da educação em "política prioritária do Estado".

O índice de 10% do PIB para a educação também foi defendido por Celso Frauches, consultor educacional da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior. Em sua opinião, o obstáculo para a expansão do ensino superior no país não é a falta de vagas. No ano passado, relatou, havia 40 mil vagas ociosas nas universidades públicas e 1,5 milhão nas instituições privadas.

- Os problemas estão na formação básica dos alunos e, no caso do ensino privado, na falta de capacidade de pagamento das mensalidades - disse Frauches, que defendeu a adoção pelo país de um sistema único de educação básica, nos mesmos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim como os demais expositores, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Alvaro Prata, pediu 10% do PIB para a educação e manifestou sua preocupação com o ensino básico. Além disso, ele criticou a forte concentração de alunos do ensino superior em apenas três cursos: Administração, Direito e Pedagogia. O reitor pediu maior ênfase na ampliação da competitividade tecnológica do país.

Patentes

O aumento dos investimentos em ciência e tecnologia foi também defendido pela presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos, Elisangela Lizardo, como forma de ampliar a possibilidade de produção de riqueza no Brasil. Atualmente, como observou, o país produz apenas 2% das patentes mundiais.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a reunião, ressaltou a coincidência dos participantes da audiência em relação à "constatação grave sobre o gargalo do ensino básico". Por sua vez, a senadora Ana Rita (PT-ES) demonstrou preocupação com a deficiência de professores nas universidades públicas.



CLIPPING

Veículo: Diário do Planalto- Canoinhas	Editoria: Geral	Data: 11, 12 e 13/06/11
Assunto: Educação Ambiental		Página: 09

Educação Ambiental I



A Escola Colombo Machado Sales de Três Barras vem se destacando na área de educação ambiental. A escola que participa do Programa Paca da Rigesa desenvolve o projeto "Preservar é Viver", que é composto por diversas ações, realizadas por comissões ou turmas de alunos. A COMVIDA (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na escola), formada por alunos do Ensino Médio, promove seminários ambientais para a comunidade escolar e local. Cada turma escolhe um tema para apresentar no seminário, que ocorre no mês de junho. Neste ano, acontecerá o 9º Seminário Ambiental. Tal evento tem como objetivo o incentivo à pesquisa e à busca de soluções, pois a partir destas se adquire conhecimento para a promoção de um futuro mais sustentável. Com os saberes adquiridos nos seminários por meio de pesquisas, debates, observações, palestras para as apresentações é que se reconhece que se precisa de uma mudança de atitude.

Educação Ambiental II

A Comissão Interna de Preservação Ambiental – CIPA – é formada por um grupo de alunos de 6ª a 8ª série do Ensino Fundamental. A função de tal comissão é auxiliar nas questões ambientais promovidas pela escola, dentre elas o cuidado com o pátio escolar. Também frequentam, organizados em escala, o contra turno para realizarem a separação do lixo, visando à reciclagem. De acordo com a coordenadora do projeto, professora Luciane Aparecida Alves Schütt, "Procuramos praticar no dia a dia os 5 "R's":

- Refletir sobre os nossos hábitos de consumo;
- Recusar produtos que causem danos ao meio ambiente;
- Reduzir a geração de lixo;
- Reutilizar sempre que possível;
- Reciclar, transformar em um novo produto.

Educação Ambiental III

A partir de tais ações, a escola foi contemplada por dois anos consecutivos com o Prêmio Rigesa de Educação Ambiental. No ano de 2008, o projeto "Preservar é viver" foi vencedor na categoria "Projeto com mais de um ano de desenvolvimento", recebendo como prêmio uma TV de LCD e um microsystem. Em 2009, com o subprojeto "Atitude já", na

categoria "Projeto de, no mínimo, quatro meses a um ano de desenvolvimento",

onde a premiação foi um projetor multimídia (datashow). Verifica-se, desta forma, uma melhora no comportamento dos alunos em relação às atitudes de respeito ao meio ambiente, pois ao contextualizar os temas ambientais com as práticas pedagógicas, pode-se criar uma expectativa maior de qualidade de vida para o planeta.